



By @kakashi_copiador

Aula 04 - Profº Vinicius de Oliveira

*CNU - Passo Estratégico de Ética e
Integridade - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
**Tulio Lages, Vinicius Rodrigues de
Oliveira**

31 de Janeiro de 2024

SIMULADO

Sumário

Introdução	1
OBJETIVOS DO SIMULADO	1
REGRAS PARA EXECUÇÃO DO SIMULADO	2
O QUE FAZER APÓS A CONCLUSÃO DO SIMULADO	2
Simulado de Questões Inéditas.....	3
QUESTÕES	3
GABARITO	7
Questões Comentadas	8
Conclusão	15

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Este é o nosso simulado com questões inéditas referentes aos assuntos:

- a) Teoria da Ética
- b) Ética no Setor Público

OBJETIVOS DO SIMULADO

A intenção do simulado é dar ao aluno a oportunidade de fazer um teste que assemelhe às condições de prova e, assim, verificar como se sairia se ela fosse realizada agora, com os conhecimentos que já tem.

Assim, é interessante **não fazer nenhuma revisão específica antes de realizar esse teste**, para que se tenha uma nota mais representativa das suas condições atuais.



Não custa lembrar que se trata de um mero simulado e, por isso, o aluno não deve ter medo de errar as questões aqui apresentadas. Vale aqui a máxima de que **é melhor errar agora do que no dia da prova**. Os erros devem ser vistos como uma **oportunidade para revisar o conteúdo ainda deficiente do estudo**.

Assim como será no dia da sua prova, este simulado também está sujeito a algumas regras básicas. Nada de exagero, somente critérios mínimos que precisam ser obedecidos na hora da execução para que o resultado tenha alguma relevância. ☺

REGRAS PARA EXECUÇÃO DO SIMULADO

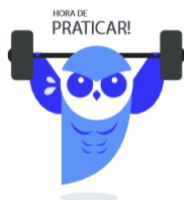
1. O simulado deve ser **feito sem consulta nenhuma**;
2. O simulado deve ser feito no **tempo máximo de 30 minutos**, marcados no relógio;
3. O simulado deve ser feito **sem interrupções**; e
4. Somente consulte o **gabarito de alguma questão após o término do simulado**.

O QUE FAZER APÓS A CONCLUSÃO DO SIMULADO

Os simulados são uma boa oportunidade para aprender coisas novas e para fixar os conteúdos já estudados. Por isso, é importante que o aluno reserve um tempo, logo após a conclusão das questões, para adotar algumas medidas:

1. **Revisar** com atenção todos os seus **erros**;
2. **Revisar** com atenção todos os pontos que foram **objeto de dúvida** ao longo do simulado, **mesmo que tenha acertado** (anote as dúvidas ao longo da execução das questões); e
3. **Ajustar as suas anotações e marcações**, se for necessário.

Vamos começar?



SIMULADO DE QUESTÕES INÉDITAS

QUESTÕES

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A moralidade é o código de valores que norteiam a conduta de um indivíduo, bem como suas decisões e escolhas, fazendo com que esse indivíduo seja capaz de julgar o que é certo ou errado.
- b) O comportamento ético da organização é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores por ela adotados.
- c) A Ética da Responsabilidade representa o conjunto de normas e valores que orientam a conduta dentro da sua esfera íntima.
- d) A moral é influenciada por fatores sociais, históricos; havendo diferença entre conceitos morais de um grupo para outro.
- e) No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à ética.

2. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

I - Os atos não criminosos praticados na esfera privada não poderão ter repercussão na esfera ética dos agentes públicos, ainda que esses atos guardem relação com as atribuições de seu cargo.

II - A probidade administrativa abrange a noção de moralidade administrativa, de maneira que toda conduta que atente contra a moralidade administrativa deva ser considerada ato de improbidade.

III - Enquanto a ética trata do conjunto de regras de uma sociedade, a moral se volta ao seu estudo teórico, razão pela qual esta foi alçada a princípio constitucional da administração pública.

IV - Os princípios éticos são diretivas de ação que atendem e exteriorizam valores éticos que podem servir, inclusive, de norte interpretativo de leis e Constituições.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) II e IV
- d) III e IV
- e) II, III e IV



3. Marque a alternativa incorreta:

- a) A efetivação da cidadania e a consciência coletiva da cidadania são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.
- b) Comportamento ético-profissional compreende o conjunto de regras, normas e valores da cultura organizacional que mudam com o tempo, devem ser praticados cotidianamente e retratam os costumes estabelecidos por determinado grupo social.
- c) Os termos moral e ética têm sentidos distintos, embora sejam frequente e erroneamente empregados como sinônimos.
- d) A ética na organização está diretamente ligada à forma como estão estabelecidos critérios de comportamento para todos os colaboradores.
- e) De acordo com a teoria contratualista, os conceitos éticos são extraídos das regras morais que possam conduzir à perpetuação da sociedade, da paz e da harmonia do grupo social.

4. Sobre a ética no serviço público, marque a assertiva correta:

- a) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público exclusivamente no exercício do cargo ou função já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.
- b) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- c) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- d) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, exceto se for contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- e) Toda ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

5. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. Nesse sentido, fica sujeita à pena de censura a seguinte conduta:

- a) Exercer atividade profissional aética em empreendimento privado que explore atividade econômica regular.



- b) Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos fora de seu alcance para atendimento do seu mister.
- c) Apresentar-se embriagado fora do serviço.
- d) Retirar da repartição pública qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público, ainda que legalmente autorizado.
- e) Desviar servidor público para atendimento a excepcional interesse de departamento pertencente à mesma unidade, o qual sofre com carência de corpo funcional.

6. É dever fundamental do servidor público federal:

- a) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- b) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a que cause menos prejuízo à Administração Pública.
- c) Ter respeito à hierarquia, abstendo-se, por isso, de representar contra comprometimento indevido de superior hierárquico da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- d) Abster-se, sempre que possível, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- e) Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva, ressalvada a hipótese de greve regularmente aprovada em assembleia geral de entidade de classe representante da categoria a que pertence.

7. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

I - É dever fundamental do servidor público jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

II - Incorre em descumprimento de dever fundamental o servidor público que exerce suas atribuições com morosidade, sem dispensar atenção prioritária a situações procrastinatórias, em especial quando diante de atraso na prestação de serviço público.

III - É dever funcional do servidor público exercer irrestritamente as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos, salvo em situação de excepcional interesse público e garantia da ordem, na forma da lei.

IV - Incorre em desvio ético o servidor público que ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso, ainda que fora do horário de expediente.

Estão corretas somente as assertivas:



- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) I, II e IV

8. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

I - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso não se pode exigir que, na sua esfera pessoal, atue de acordo com os padrões éticos estabelecidos estritamente no âmbito da Administração Pública.

II - É dever fundamental do servidor público ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

III - Paulo, servidor público federal, após ter sido injustamente apontado por administrados como responsável pela fila que causara ao interromper seu atendimento ao público para auxiliar outra servidora, faltou com urbanidade no tratamento ao público. Nesse caso, pode-se afirmar que causou dano moral aos cidadãos contribuintes.

IV - Pode ser considerado imprudente no desempenho da função pública o servidor que erra repetidamente, atua com descaso e com acúmulo de desvios.

Estão incorretas somente as assertivas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) III e IV



GABARITO

GABARITO



1. C
2. C
3. B
4. B
5. A
6. A
7. E
8. D



QUESTÕES COMENTADAS

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A moralidade é o código de valores que norteiam a conduta de um indivíduo, bem como suas decisões e escolhas, fazendo com que esse indivíduo seja capaz de julgar o que é certo ou errado.
- b) O comportamento ético da organização é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores por ela adotados.
- c) A Ética da Responsabilidade representa o conjunto de normas e valores que orientam a conduta dentro da sua esfera íntima.
- d) A moral é influenciada por fatores sociais, históricos; havendo diferença entre conceitos morais de um grupo para outro.
- e) No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à ética.

Comentários

A alternativa C descreve a Ética da Convicção e não da Responsabilidade, que por sua vez representa o conjunto de valores que orientam a conduta dentro de um contexto específico, permitindo, assim, certa flexibilização.

Gabarito: C

2. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

- I - Os atos não criminosos praticados na esfera privada não poderão ter repercussão na esfera ética dos agentes públicos, ainda que esses atos guardem relação com as atribuições de seu cargo.
- II - A probidade administrativa abrange a noção de moralidade administrativa, de maneira que toda conduta que atente contra a moralidade administrativa deva ser considerada ato de improbidade.
- III - Enquanto a ética trata do conjunto de regras de uma sociedade, a moral se volta ao seu estudo teórico, razão pela qual esta foi alçada a princípio constitucional da administração pública.
- IV - Os princípios éticos são diretivas de ação que atendem e exteriorizam valores éticos que podem servir, inclusive, de norte interpretativo de leis e Constituições.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) II e IV



d) III e IV

e) II, III e IV

Comentários

Vamos às assertivas:

I - ERRADA. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. (Código de Ética, Cap. I, Seção I, VI)

II – CERTA. De acordo com o art. 11 da Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

III – ERRADA. Na verdade os conceitos estão invertidos.

IV – CERTA. Os princípios são pilares mandamentais que exteriorizam valores fundamentais e servem de norte interpretativo para leis e Constituição.

Gabarito: C

3. Marque a alternativa incorreta:

a) A efetivação da cidadania e a consciência coletiva da cidadania são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.

b) Comportamento ético-profissional compreende o conjunto de regras, normas e valores da cultura organizacional que mudam com o tempo, devem ser praticados cotidianamente e retratam os costumes estabelecidos por determinado grupo social.

c) Os termos moral e ética têm sentidos distintos, embora sejam frequente e erroneamente empregados como sinônimos.

d) A ética na organização está diretamente ligada à forma como estão estabelecidos critérios de comportamento para todos os colaboradores.

e) De acordo com a teoria contratualista, os conceitos éticos são extraídos das regras morais que possam conduzir à perpetuação da sociedade, da paz e da harmonia do grupo social.

Comentários

A alternativa B traz o conceito de moral e não de ética. Ademais, a Ética Profissional é o conjunto de normas éticas que orientam a conduta do profissional e formam a sua consciência.

Gabarito: B



4. Sobre a ética no serviço público, marque a assertiva correta:

a) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público exclusivamente no exercício do cargo ou função já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.

b) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

c) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

d) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, exceto se for contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

e) Toda ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

Comentários

a) ERRADA. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos. (Código de Ética, Cap. I, Seção I, I)

b) CORRETO (Código de Ética, Cap. I, Seção I, III)

c) ERRADA. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional. (Código de Ética, Cap. I, Seção I, VI)

d) ERRADA. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. (Código de Ética, Cap. I, Seção I, VIII)

e) ERRADA. Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas. (Código de Ética, Cap. I, Seção I, XII).

Gabarito: B

5. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe



conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. Nesse sentido, fica sujeita à pena de censura a seguinte conduta:

- a) Exercer atividade profissional aética em empreendimento privado que explore atividade econômica regular.
- b) Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos fora de seu alcance para atendimento do seu mister.
- c) Apresentar-se embriagado fora do serviço.
- d) Retirar da repartição pública qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público, ainda que legalmente autorizado.
- e) Desviar servidor público para atendimento a excepcional interesse de departamento pertencente à mesma unidade, o qual sofre com carência de corpo funcional.

Comentários

Estabelece o Código de Ética do Servidor Público Federal que a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de **censura** e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso (Cap. II, XXII).

É vedado ao servidor público (Cap. I, Seção III, XV):

(...)

*e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos **ao seu alcance ou do seu conhecimento** para atendimento do seu mister. (...)*

*j) desviar servidor público para atendimento a **interesse particular**;*

*l) retirar da repartição pública, **sem estar legalmente autorizado**, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; (...)*

*n) apresentar-se embriagado no serviço ou **fora dele habitualmente**; (...)*

*p) **exercer atividade profissional aética** ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.*

Gabarito: A

6. É dever fundamental do servidor público federal:

- a) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- b) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a que cause menos prejuízo à Administração Pública.



c) Ter respeito à hierarquia, abstendo-se, por isso, de representar contra comprometimento indevido de superior hierárquico da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

d) Abster-se, sempre que possível, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

e) Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva, ressalvada a hipótese de greve regularmente aprovada em assembleia geral de entidade de classe representante da categoria a que pertence.

Comentários

a) CERTA. (Cap. I, Seção II, XIV, m).

b) ERRADA. É dever fundamental do servidor público ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, **a melhor e a mais vantajosa para o bem comum**. (Cap. I, Seção II, XIV, m).

c) ERRADA. É dever fundamental do servidor público ter respeito à hierarquia, **porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal**. (Cap. I, Seção II, XIV, h).

d) ERRADA. É dever fundamental do servidor público abster-se, **de forma absoluta**, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei. (Cap. I, Seção II, XIV, u).

e) ERRADA. É dever fundamental do servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva. (Cap. I, Seção II, XIV, j). **Não há exceção para a hipótese de greve regularmente aprovada em assembleia geral de entidade de classe representante da categoria a que pertence o servidor**.

Gabarito: A

7. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

I - É dever fundamental do servidor público jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

II - Incorre em descumprimento de dever fundamental o servidor público que exerce suas atribuições com morosidade, sem dispensar atenção prioritária a situações procrastinatórias, em especial quando diante de atraso na prestação de serviço público.

III - É dever funcional do servidor público exercer irrestritamente as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos, salvo em situação de excepcional interesse público e garantia da ordem, na forma da lei.



IV - Incorre em desvio ético o servidor público que ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso, ainda que fora do horário de expediente.

Estão corretas somente as assertivas:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) I, II e III

e) I, II e IV

Comentários

Vamos às assertivas:

I - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XIV, d.

II - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XIV, b. É dever fundamental do servidor público exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

III - ERRADA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XIV, t. É dever fundamental do servidor público exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.

IV - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XV, p. É vedado ao servidor público exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

Gabarito: E

8. Avalie as assertivas a seguir e em seguida assinale a opção correta.

I - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso não se pode exigir que, na sua esfera pessoal, atue de acordo com os padrões éticos estabelecidos estritamente no âmbito da Administração Pública.

II - É dever fundamental do servidor público ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

III - Paulo, servidor público federal, após ter sido injustamente apontado por administrados como responsável pela fila que causara ao interromper seu atendimento ao público para auxiliar outra servidora, faltou com urbanidade no tratamento ao público. Nesse caso, pode-se afirmar que causou dano moral aos cidadãos contribuintes.



IV - Pode ser considerado imprudente no desempenho da função pública o servidor que erra repetidamente, atua com descaso e com acúmulo de desvios.

Estão incorretas somente as assertivas:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) I

e) III e IV

Comentários

Vamos às assertivas:

I - ERRADA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, I e VI. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

II - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XIV, f.

III - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, IX. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

IV - CERTA. Decreto nº 1.171/1994, Anexo, XI. O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

Gabarito: D



CONCLUSÃO

Prezados, encerramos aqui mais um Passo Estratégico.

Aproveitem a oportunidade para revisar os erros e dúvidas que surgiram ao longo da realização do simulado.

Um grande abraço,

Gustavo Garcia

Vinicius de Oliveira



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.